

# A CRISE MUNDIAL

---



ENTREVISTA ANOTADA COM  
ROBERT KURZ

---

**CHARLES ODEVAN XAVIER (ORG.)**

## Sumário

**POR QUE ROBERT KURZ? .....3**

**ENTREVISTA .....4**

**GLOSSÁRIO.....27**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 37**

# POR QUE ROBERT KURZ?

---

Resolvi coligir este material por uma razão muito simples: Kurz era o maior inimigo do Capital e da valorização do valor. E como tal, enquanto vivo, o filósofo alemão compreendeu como ninguém o caráter irracional da sociabilidade mediada por mercadorias, ou seja, o monstro de pés de barro que existe há trezentos anos: o capitalismo.

E como irracional: a sociabilidade mediada por mercadorias, por ele apelidada de sociedade produtora de mercadorias, é uma sociabilidade historicamente localizada entre o advento da 1ª Revolução Industrial no séc. XVIII e cujo ápice auto-destrutivo foi a crise de 2008, neste livro analisada sob forma de entrevista.

O livro que o leitor tem em mãos, ou melhor, na tela do seu *tablet*, é uma edição de uma entrevista concedida pelo filósofo, historiador e pedagogo alemão Robert Kurz ao **Cadernos IHU em Formação ano 5 nº 34 2009: A crise mundial do capitalismo em discussão**. O título da entrevista era **O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna**.

Eu editei a entrevista inserindo notas de rodapé para o melhor entendimento do complexo pensamento kurziano.

Nessa entrevista demolidora Kurz detona com certos pressupostos da pós-modernidade: como Nova Economia, Economia Solidária, Sociedade da Informação, Era do Conhecimento, Economia cooperativista e outros engodos do capitalismo na sua fase transnacional.

Charles Odevan Xavier

Fortaleza, 08 de fevereiro de 14.

# O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna

---

## *Entrevistas com Robert Kurz*

*Robert Kurz estudou Filosofia, História e Pedagogia. É co-fundador e redator da revista teórica EXIT! – Kritik und Krise der Waren gesellschaft (EXIT! – Crítica e Crise da Sociedade da Mercadoria). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica ao Iluminismo e a relação entre cultura e economia. Publica regularmente ensaios em jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Brasil. Entre seus livros publicados em português, citamos **O colapso da modernização** (São Paulo: Paz e Terra, 1991), **O retorno de Potemkin** (São Paulo: Paz e Terra, 1994) e **Os últimos combates** (Petrópolis: Vozes, 1998).*

*Outras entrevistas concedidas por Robert Kurz à IHU On-Line podem ser acessadas pela nossa página ([www.uni-si-nos.br/ihu](http://www.uni-si-nos.br/ihu)): \* “A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário”. Entrevista publicada na IHU On-Line edição 98, de 26 de abril de 2004, intitulada **A crise da sociedade do trabalho. Estamos saindo capitalismo industrial?***

*\* “Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias”. Entrevista publicada na IHU On-Line edição 161, de 24 de outubro de 2005, intitulada **As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho.***

*Publicamos, a seguir duas entrevistas com Robert Kurz. Na primeira, sob o título “O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna”, concedida a Graziela Wolfart e Patricia Fachin, da equipe de comunicação da IHU On-Line, publicada na edição 278, de 20 de outubro de 2008, o ensaísta alemão admitiu que preferia analisar a crise financeira por si só, ao invés de relacioná-la com as teorias de Marx, como foi a proposta da equipe do IHU.*

*Robert Kurz fez uma rica e profunda análise do crítico período financeiro pelo qual passa o mundo inteiro, sem deixar de ressaltar a importância de Karl Marx para compreendermos essa fase. Ele afirma contundentemente que “os recursos materiais e os agregados científico-tecnológicos, bem como as capacidades e necessidades humanas, não podem mais ser*

*comprimidas nas formas básicas do capital. Ou, como Marx o formulou nos **Fundamentos da Crítica da Economia Política**, “‘desaba o modo de produção <sup>1</sup>baseado no valor de troca’; manifesta-se a ‘desvalorização do valor’ enquanto limite histórico da valorização do capital”.*

*Na segunda entrevista, sob o título “A esquerda e a dialética sujeito-objeto do fetichismo moderno”<sup>2</sup>, concedida a Patricia Fachin, jornalista da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 287, de 30 de março de 2009, traduzida por Benno Dischinger e Walter O. Schlupp, o filósofo Kurz não faz concessões ao aproximar o pensamento pós-moderno com a ideologia neoliberal. Para ele, “a esquerda pós-moderna se depara com os destroços das suas ilusões e é confrontada com a dura realidade de uma crise monumental, a qual desde o começo ela não quis admitir e para a qual ela, por isso, não está preparada”. Incapaz de captar a “dialética sujeito-objeto do fetichismo moderno”, a esquerda caiu num “objetivismo tosco ou num subjetivismo igualmente tosco”.*

*O rótulo de ‘pós-modernidade’ era fajuto, argumenta, “e, no caso de Negri, desembocou no conceito totalmente vazio de ‘multidão’, que significa tudo e nada. O esvaziamento do sujeito tem seu correlato numa virtualização das lutas sociais, que em grande parte somente ainda têm caráter simbólico, sendo cada vez menos capazes de intervenção real”. Dessa forma, continua*

---

<sup>1</sup> Modo de produção refere-se aos instrumentos de trabalho. Por exemplo, uma lavoura é um modo de produção. Uma fábrica de vidros é outro modo de produção. Uma padaria é outro modo de produção e assim por diante. N. E.

<sup>2</sup> Fetichismo aqui não é o fetichismo religioso das religiões primitivas, mas o conceito de Marx: Fetichismo da Mercadoria.

#### ***Fetichismo (fetiche mercadoria)***

Conceito que se origina na crítica da religião do século XVIII, sendo considerado uma característica essencial de religiões "primitivas". Fundamentava-se nas observações de colonizadores portugueses na África e servia para designar uma crença que imagina em objectos mortos uma alma e forças sobrenaturais. Marx referiu esse conceito ironicamente à moderna sociedade produtora de mercadorias, que se sujeita a um fetichismo análogo na forma do dinheiro e de seu movimento de exploração em empresas. Assim, o conceito tornou-se corriqueiro na crítica da lógica da mercadoria, apesar de ser, a rigor, demasiadamente geral. Pois no fundo, Marx não quer ressaltar o facto de que a objectos em geral podem ser atribuídas forças sobrenaturais que nada tem a ver com sua existência natural, mas sim caracterizar um estado social em que a sociedade não tem consciência de si mesma, não penetra nem organiza directamente na prática sua própria forma de socialização, mas sim tem que "representá-la" simbolicamente em um objecto externo. Esse objecto (que também pode ser animado) assume então um significado sobrenatural que não é idêntico a sua forma externa, mas que aparece através desta. Em virtude desse significado adquire ele, apesar de sua banalidade material, *poder* sobre todos os membros dessa sociedade. Um etnólogo diria talvez que o totem constituiria uma analogia mais adequada. Nos modos de produção asiáticos, o Filho do Céu ou Imperador Divino assume essa função, e no feudalismo, o solo. O dinheiro, como uma das muitas formas do fetichismo, existe em todas essas sociedades, mas ainda não possui a função geral de representar a socialização inconsciente, que adopta outras formas. Somente na modernidade assume o dinheiro definitivamente essa função. Por isso, pode ser designado como *totemismo objectivado e secularizado da modernidade*. Não é à toa que tem suas raízes no âmbito sacral, facto que quase sempre ressaltam os apologistas do moderno sistema produtor de mercadorias, sem reflectir o que estão dizendo com isso. Somente em conexão com sua crítica do fetiche mercadoria e de sua forma de manifestação, como dinheiro, pode-se compreender por que para Marx a modernidade ainda faz parte da "pré-história da humanidade". Pois cabe dizer, numa inversão daquela perspectiva etnológica que se recusa a chamar de "primitivas" as culturas muito antigas e os povos incivilizados, que também o sistema produtor de mercadorias da modernidade é ainda uma sociedade primitiva.

*Kurz, “a esperança pelo ‘renascimento da política’ é a maior de todas as bolhas. Os danos provocados pela limitação política dos prejuízos serão inclusive maiores que a crise atual. O Estado somente ainda consegue regulamentar a morte definitiva do seu capitalismo. Neste aspecto, a esquerda também está desorientada enquanto não conseguir questionar os próprios fundamentos do sistema”. Se a esquerda quiser aproveitar “o bonde da administração estatista da crise” para iniciar suas reformas sociais ela “acabará descarrilando junto com ele”, vaticina. “Ela bem que merece esse destino”.*

### **IHU On-Line – Em que sentido as teorias de Marx são importantes para se compreender o atual momento de crise no sistema financeiro global?**

**Robert Kurz** – A importância da crítica da economia política feita por Marx, para se explicar a grande crise financeira atual, evidencia-se inicialmente em dois níveis: por um lado, um aspecto fundamental é sua derivação da forma monetária no primeiro volume de *O capital*; por outro, em sua análise do crédito, principalmente no terceiro volume. Nessas questões, aqui, somente poderei tratar alguns pontos elementares. A economia burguesa clássica e neoclássica parte, contrafaticamente, de uma pura economia de bens e de relações naturais de troca entre os sujeitos do mercado. Ela abstrai do dinheiro e fala do “véu do dinheiro” sobre as transações econômicas “propriamente ditas”. O dinheiro, aí, aparece como mero signo, sem teor próprio, como constructo jurídico baseado numa convenção social ou num decreto governamental. Para que a economia funcione, importa apenas adequar a quantidade de dinheiro à quantidade de bens (teoria da quantidade). Para Marx, em contrapartida, o dinheiro não é o “véu” secundário, mas premissa e veículo central, fim em si mesmo, da valorização (*Verwertung*) capitalista.

Ele é a forma de apresentação geral do valor incorporado nas mercadorias, ou seja, do valor agregado, o qual precisa voltar a se transformar na forma monetária, que, por sua vez, já representa seu ponto de partida. Por isso, o dinheiro não pode ser mero signo, mas precisa ter, ele próprio, o caráter de mercadoria, inclusive de “rei” das mercadorias. O dinheiro é “mercadoria genérica” colocada à parte, ou o “equivalente genérico”, cujo “valor utilitário” não consiste em sua utilidade concreta, mas em sua propriedade de representar o valor abstrato ou valor agregado de todo o mundo das mercadorias. Para as transações cotidianas, é verdade que signos monetários podem tomar o lugar da mercadoria-dinheiro propriamente dita, mas, em última instância e principalmente nas crises, o real conteúdo de valor do dinheiro precisa ser resgata do como “mercadoria régia”. Por isso, para Marx, o dinheiro não pode emancipar-se totalmente dos metais nobres como mercadoria monetária; isto não por causa do caráter metálico natural, mas em função do valor social ali representado de forma “concentrada”.

## **A questão do crédito e dos juros**

O crédito emana da subdivisão do capital em capital de produção ou capital-mercadoria, por um lado, e capital monetário ou capital-que-rende-juros, por outro. A duplicação da mercadoria em “mercadoria vulgar” (*gemeiner Warenpöpel*) e dinheiro como “mercadoria régia” repete-se no nível do capital. Na economia burguesa, não existe conexão sistemática entre teoria monetária e teoria do crédito. A noção do dinheiro como “véu” e mero signo encontra-se em contradição com a noção do capital monetário a gerar lucros, como uma espécie de produção *sui generis* de mercadoria. Grosso modo, fazem de conta que a “indústria financeira” seria uma produção de mercadorias tão real quanto, por exemplo, a indústria automotiva. O juro parece uma forma independente de valor agregado. Marx, em contrapartida, mostra o caráter ilusório dessa noção. Ele comprova que o crédito, ou capital que gera lucros, é apenas uma forma derivada, sem formação própria de valor. O juro é o preço da função capitalista do crédito, preço este que precisa ser subtraído do valor social agregado da real produção de mercadorias. Na estatística burguesa, em contrapartida, os “produtos” do capital monetário são somados ao produto social, com o que se distorce o quadro real de valores.

## **Dinheiro x Dólar**

No século XX, o dinheiro e todo o sistema monetário emanciparam-se definitivamente do ouro como mercadoria monetária real – na aparência, o último lance dessa emancipação foi o abandono da convertibilidade do dólar em ouro em 1973. Isto se correlaciona com o fato de que, no período subsequente, o capital monetário também se desacoplou cada vez mais da real produção de mercadorias. O crédito inflado gerou não só formidáveis montanhas de dívidas, que sempre precisavam ser “roladas”, mas adquiriu uma forma de circulação independente de títulos financeiros (ações, títulos hipotecários, derivativos), onde se criaram valores fictícios de dimensões astronômicas. Na ótica positivista, tratava-se simplesmente de “fatos” que pareciam fundamentar-se a si próprios. Até mesmo teóricos da esquerda, explícita ou implicitamente, abandonaram a teoria marxista do dinheiro e do crédito, por que na aparência ela estava refutada empiricamente.

## **A contradição que explica a crise**

Esse período de 35 anos desde o fim da convertibilidade do dólar em ouro, que é um período histórico breve, encerrou-se, entretanto, em 2008. Agora se mostra o verdadeiro caráter desse processo. Num processo secular, o capital, em função de crescentes custos preliminares da

produção baseada em tecnologia científica, ficou cada vez mais dependente do crédito como antecipação de real valor agregado futuro. As bolhas financeiras crescentes e excessivamente infladas nas últimas décadas arrebentaram de uma vez por todas a conexão entre “capital fictício” e real produção de valor agregado; a antecipação do valor agregado futuro jamais poderá ser resgatada. Essa contradição amadureceu e se descarrega como crise financeira global. Isto destrói não só a ilusão de um crescimento “tocado pelas finanças”, mas também a ilusão do dinheiro como mero signo.<sup>3</sup> Até o momento, o ouro passa por dramática valorização frente a todas as moedas. Mas a remonetarização do ouro não é possível, por que as potências de produção alcançadas historicamente nem podem mais ser representadas como “riqueza abstrata” (Marx) em forma de valor agregado. (Grifo do editor). A desvalorização do dinheiro corresponde à desvalorização da massa de mercadorias. Em outras palavras: os recursos materiais e os agregados científico-tecnológicos, as capacidades e necessidades humanas, não podem mais ser comprimidas nas formas básicas do capital. Ou, como Marx o formulou nos “fundamentos”, “desaba o modo de produção baseado no valor de troca”; (Grifo do Editor)<sup>4</sup> manifesta-se a “desvalorização do valor” enquanto limite histórico da valorização [*Verwertung*] do capital.

## O Estado como último credor

Nessa situação, o Estado aparece como *lender of last resort* [credor de último recurso]. Para a teoria burguesa, o Estado não é o outro lado, o lado político da relação de capital, mas uma “instância extra-econômica”. Também na esquerda, a ilusão do Estado tem uma longa tradição.

---

<sup>3</sup> Signo – É o conjunto de significante + significado

<sup>4</sup> **Valor**

Tanto etimologicamente quanto na prática, o conceito de valor parece designar o "bom" como tal, o desejável. Apesar da acentuação diferente, confundem-se como sinónimos o valor económico e os "valores" éticos e culturais. Não é à toa que o fundador da *economia* política clássica, Adam Smith, actuava paralelamente como filósofo da moral. Mas na conceituação totalmente inversa de Marx, o valor económico é, precisamente o contrário, o negativo central da sociedade da mercadoria. Nela é "objetificado" o trabalho abstracto, a forma social fetichista dos produtos. A expressão de um produto "ter" um chamado valor, tem para ele um significado duplo. Primeiro, enquanto são valores económicos, extingue-se a qualidade sensível dos produtos, não passando eles de representantes materiais de trabalho abstracto indiscriminado, que apenas como tais podem ser transformados na forma de encarnação do dinheiro. Em segundo lugar, porém, revela-se na forma-valor abstracta dos produtos, que se expressa pelo preço em dinheiro, o absurdo social de que o processo vivo da apropriação da natureza pelo homem e das relações sociais por ela medidas assumem a forma de propriedades de objectos mortos. A actividade viva dos homens é absorvida, por assim dizer, por seus próprios produtos, que por esse mecanismo absurdo são promovidas a quase-sujeitos da sociedade, enquanto os homens, seus criadores, são degradados a meros acessórios. No automovimento do dinheiro termina essa inversão. O marxismo dos epígonos, na sucessão dos clássicos burgueses e em contraste a Marx, não se referia de forma *negativa*, mas sim de forma *positiva* à qualidade dos produtos de valores fetichistas, de "bom" resultado do trabalho, enquanto o conceito de objetificação foi reduzido a um mero fenómeno da consciência. A crítica passa a focar exclusivamente a *mais-valia*, isto é, a quantia "não paga" do valor produtivo, da qual é supostamente privado o trabalhador. Dessa maneira, não se critica a *qualidade destrutiva* da socialização na forma-valor, mas sim apenas o mecanismo *quantitativo* de distribuição que se encontra sobre essa base cegamente pressuposta.

(In. O Colapso da Modernização - *Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* de Robert Kurz; Editora Paz e Terra, Brasil, 2ª edição, 1993.



Marx não chegou mais a concluir a formulação da sua teoria do Estado<sup>5</sup>. Mas, já nos escritos da sua fase inicial, ele criticou a ilusão estatal-política como “falsa causa pública”. Em sua teoria do crédito, no terceiro volume de *O capital*, o crédito do Estado é definido como forma especial do capital fictício, que continua dependente da real valorização do capital. Na verdade, o vexame da ilusão estatal não é de hoje, ilusão esta que esteve em alta após a grande crise na primeira metade do século XX. No Ocidente, a regulação estatal keynesiana<sup>6</sup> e o crescimento induzido pela expansão do crédito estatal no início dos anos 1980 fracassaram por causa da inflação sem limites. No Leste, o capitalismo estatal soviético do “resgate da modernização”, no final dos anos 1980, ficou inadimplente e entrou em colapso. Estas já eram formas em que se apresentava a histórica “desvalorização do valor”. Na virada neoliberal, a intervenção do Estado, supostamente “extraeconômica”, foi responsabilizada pelo dilema e substituída por um radicalismo de mercado. Essa virada, porém, não superou a barreira interior da valorização, mas, mediante uma política de desregulação e da inundação monetária pelos bancos centrais, apenas abriu as comportas para uma expansão do crédito privado e da economia base da na bolha financeira como nunca se viu.

### **O Estado: novamente o salvador?**

Depois que também esta ilusão estourou e o mercado falhou grandiosamente, repentinamente pretende-se que o Estado seja novamente o salvador. Só que o problema não pode mais ser resolvido com nova inundação monetária por parte dos bancos centrais estatais, mediante uma convencional redução da taxa de juros. Acontece que esse tipo de inundação monetária sempre ainda pressupõe a ficção de uma “cobertura” por processos reais de valorização, a qual já se tornou ilusória.

---

<sup>5</sup>Já vi certa vez um teórico comentar que Marx não tem uma teoria do Estado, mas uma teoria da economia. Quem tem uma teoria do Estado é ou seria o anarquismo. (N. E.)

<sup>6</sup> **Monetarismo**

Designação comum para uma teoria econômica especial, que nasceu do neoclassicismo nacional-econômico - do neoliberalismo - e se dirige estritamente contra a regulamentação estatal da procura, defendida pelo **keynesianismo**. Conjura-se, como já Adam Smith, as “forças autocurativas do mercado” e a *invisible hand* deste, a qual, no entanto, precisaria do apoio de uma política monetária estritamente antiinflacionária e restritiva. Milton Friedman, com sua escola de Chicago, é considerado o representante principal. Quase sempre entende-se também por monetarismo a política econômica prática, defensora radical do mercado, que está vinculada a essa teoria e que nos anos 80, com os nomes de “*reaganomics*” e “*thatcherismo*”, conquistou particularmente os EUA e a Grã-Bretanha, ainda que com resultados bastante catastróficos. Mas pode-se também entender por monetarismo, num sentido muito mais geral e fundamental, o *princípio da concorrência* ou a actuação coativa das leis do dinheiro, em geral. A esse princípio opõe-se, como reverso da mesma medalha, o *estatismo*, a intervenção estatal no processo quase naturalmente surgido da concorrência, a fim de mudar seu rumo ou de impedir suas consequências. Como ideologias político-econômicas, monetarismo e estatismo lutam pela hegemonia político-social, mas também se interpenetram constantemente e referem-se à mesma estrutura básica objectivada do trabalho abstracto, isto é, da autovalorização do dinheiro. Por isso, em épocas estatistas do sistema produtor de mercadorias atua sempre também o elemento monetarista, e vice-versa, distinguindo-se eles somente pela acentuação.

Os bancos comerciais somente ainda conseguem depositar nos bancos centrais “garantias” que deixaram de sê-lo, por que consistem em grande parte de títulos podres. Isto impede que se inflem novas bolhas financeiras da forma convencional. O colapso dos créditos hipotecários somente foi o catalisador de um processo de desvalorização de todo o capital financeiro, que vai muito além. Por isso, agora, a crise é elevada ao nível da “última instância”, isto é, das próprias finanças públicas.

Só que o Estado não é um demiurgo independente das leis da valorização do capital. Já no ano fiscal recém-passado, a dívida pública dos Estados Unidos triplicou ainda antes da recente crise dramática; e, no caso de se invocarem as garantias estatais concedidas em todo o mundo, o resultado somente pode ser uma grande crise das finanças públicas. O Estado não pode estancar a desvalorização, mas apenas administrá-la; ou em forma de deflação, caso ponha limite em seu próprio endividamento, ou em forma de inflação, caso saia imprimindo cédulas sem toda e qualquer “cobertura”. Nesta situação nova na História, talvez até ocorram processos deflacionários e inflacionários em paralelo.

### ***IHU On-Line* – O que representa, na atual crise, a teoria marxista do trabalho abstrato como substância do capital?**

**Robert Kurz** – A economia burguesa clássica baseava-se, ainda, numa teoria do “valor do trabalho”. O valor devia, em última instância, ser determinado pelo trabalho humano. Acontece que essa teoria do “valor do trabalho” era acrítica e incoerente. A teoria marxista da determinação do valor e do valor agregado mediante trabalho abstrato é fundamentalmente diferente. O conceito de trabalho abstrato é entendido de forma crítica e estritamente negativa como “abstração real” da produção concreta de bens. No processo de produção e circulação do capital, a atividade produtiva é reduzida, em sua forma social, ao dispêndio [*Vermut zung*] abstrato de energia humana ou aplicação de mão-de-obra abstrata como “gasto [*Verausgabung*] de nervo, músculo, cérebro” (Marx), onde o teor concreto desse gasto é totalmente indiferente. A massa de trabalho abstrato, uma vez realizada, se apresenta como massa de valor social e como “valor objetificado” [*Wertgegenständlichkeit*] dos produtos. Na “valorização do valor”, o que interessa não é a massa de valor em si, mas apenas a massa de valor agregado, a qual é distribuída aos diferentes capitais pelo mecanismo da concorrência. A valorização como fim em si mesmo transforma em fim em si mesmo também o trabalho abstrato que lhe dá origem, trabalho esse que forma a substância do capital como gasto de energia humana abstrata.

### **Do valor para a relação funcional**

## Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

